

**EDcl nos EDcl no AgRg no AgRg no AGRADO EM RECURSO ESPECIAL Nº
1.261.341 - SP (2018/0056792-9)**

**RELATOR : MINISTRO LEOPOLDO DE ARRUDA RAPOSO
(DESEMBARGADOR CONVOCADO DO TJ/PE)**

EMBARGANTE : I C M Y

**ADVOGADOS : CARLOS ANTÔNIO PENA - SP105802
ANTÔNIO SÉRGIO ALTIERI DE MORAES PITOMBO -
SP124516
GUILHERME ALFREDO DE MORAES NOSTRE - SP130665
CLAUDIO MAURO HENRIQUE DAÓLIO - SP172723
FLAVIA CARDOSO CAMPOS GUTH - DF020487
CINTIA BARRETTO MIRANDA - SP291802
GABRIELA RODRIGUES MOREIRA SOARES - SP367950
ISABELA CRISTIANA MENDES MARRA - DF057569
VICTOR ALESSANDRO GONSALVES DE MACÊDO -
DF055097**

EMBARGADO : MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL

EMENTA

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NOS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO AGRADO REGIMENTAL NO AGRADO EM RECURSO ESPECIAL. CRIME DE GESTÃO FRAUDULENTA E DE GESTÃO TEMERÁRIA. AGRADO REGIMENTAL NÃO PROVIDO. OMISSÃO. CONTRARIEDADE. INEXISTÊNCIA. REEXAME DA CAUSA. INVIABILIDADE.

I - Os embargos declaratórios não constituem recurso de revisão, sendo inadmissíveis se a decisão embargada não padecer dos vícios que autorizariam a sua oposição (obscuridade, contradição e omissão). Na espécie, à conta de omissão e contradição no v. acórdão embargado, pretende o embargante a rediscussão da matéria já apreciada.

II - Não compete a este eg. STJ se manifestar explicitamente sobre dispositivos constitucionais, ainda que para fins de prequestionamento. **(Precedente)**

III - A reiteração do mesmo expediente, para sustentar a continuidade do vício outrora suscitado, enseja o reconhecimento do caráter meramente protelatório da insurgência, postergando de forma indevida o encerramento deste feito, o que não se admite no ordenamento jurídico pátrio.

Embargos de declaração rejeitados.

ACÓRDÃO

Superior Tribunal de Justiça

Vistos, relatados e discutidos os autos em que são partes as acima indicadas, acordam os Ministros da Quinta Turma do Superior Tribunal de Justiça, por unanimidade, rejeitar os embargos.

Os Srs. Ministros Jorge Mussi, Reynaldo Soares da Fonseca, Ribeiro Dantas e Joel Ilan Paciornik votaram com o Sr. Ministro Relator.

Brasília (DF), 26 de novembro de 2019(Data do Julgamento)

MINISTRO LEOPOLDO DE ARRUDA RAPOSO
(DESEMBARGADOR CONVOCADO DO TJ/PE)

Relator